

Da crise ambiental ao despertar da consciência ecológica:

Diálogos entre a História Ambiental e a Educação Ambiental

Por Bread Soares Estevam⁹

Resumo

Este trabalho objetiva analisar como se deu a emergência da Educação Ambiental e da História Ambiental, como resultado do processo de busca por novos paradigmas para superar a crise ecológica configurada a partir de 1970. Não obstante se tratem de distintas perspectivas políticas e/ou teórico-metodológicas do conhecimento, cujos olhares são lançados, respectivamente, dos campos de pesquisa educacional e historiográfico, seus princípios e fundamentos interconectam-se, entrecruzam-se e complementam-se no espaço de intersecção dos estudos interdisciplinares relacionados com o ambiente. Neste sentido, entende-se que a História Ambiental, em diálogo com a Educação Ambiental, poderá ser utilizada para sensibilizar e contribuir com a construção de uma nova consciência ecológica política.

Palavras-chave: educação ambiental, ambiente, história ambiental.

Abstract

This paper aims to analyze how was the emergence of Environmental Education and Environmental History as a result of the process of searching for new paradigms to overcome the ecological crisis set from 1970. Regardless of whether dealing with different political and / or theoretical-methodological knowledge, whose glances are cast, respectively, from the fields of education and historiographical research, its principles and foundations interconnect, if intertwine and complement within perspectives intersection of interdisciplinary studies related to the environment. In this sense, it is understood that the Environmental History in dialogue with environmental education, can be used to raise awareness and contribute to the construction of a new political ecological awareness.

Keywords: education, environment, environmental history.

⁹ Educador Social na Secretaria de Cidadania e Assistência Social da Prefeitura Municipal do Rio Grande (RS); Professor de História no Ensino Médio na ASSPE, na Educação Profissional no EPM e na Educação de Jovens e Adultos no DOM. Bacharel em História pela FURG; Especialista em Educação Ambiental pelo SENAC-RS; Mestre em Educação Ambiental pela FURG. Contato: bsestevam@yahoo.com.br

Introdução

A História Ambiental e a Educação Ambiental se imbricam dentro do campo dos estudos sociais e ambientais que podem ser associados de forma a se complementarem e relacionarem, contribuindo, desse modo, para enriquecer as pesquisas, o ensino e a formação de uma nova consciência social e ecológica política progressista. Da mesma forma, podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, cidadã e sustentável, ou seja, uma utopia que poderá vir a ser concretizada fora dos padrões societários do capitalismo.

Nesse sentido, desenvolvida a partir dos anos 1970, a categoria “ambiental” se refere à relação entre sociedades humanas e natureza, territorial e temporalmente localizadas em um contexto geo-histórico-natural, não podendo ser confundida com a visão clássica das ciências naturais e das perspectivas tecnocráticas do setor público (Estado) e do setor privado (Mercado), que excluía a dinâmica social deste processo de concepção e participação de mundo da vida (LOUREIRO, 2006, p. 64).

Dentro da lógica supracitada, o presente artigo tem o objetivo analisar como se desenvolveu a emergência e instituição da Educação Ambiental e da História Ambiental, como resultado do processo de busca por novos paradigmas para a superação da crise socioecológica configurada a partir da década de 1970. Identificamos que, não obstante se tratem de distintas perspectivas políticas e/ou teórico-metodológicas do conhecimento, cujos olhares são lançados, respectivamente, dos campos da pesquisa, educacional e historiográfica, seus princípios e fundamentos interconectam-se, entrecruzam-se e complementam-se, no espaço de intersecção dos estudos interdisciplinares relacionados na complexidade ambiental.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo se estrutura da seguinte maneira: no primeiro item, analisamos o contexto no qual se disseminou a percepção de uma intensa crise ambiental, em fins dos anos 1960 e inícios da década de 1970, abrindo possibilidades para a emergência de pesquisas de caráter multi, trans e interdisciplinares, relacionadas com as questões ambientais que se colocavam naquele momento. No segundo e terceiro itens, explicitamos o processo no qual ocorreu a emergência dos campos de estudos denominados “Educação Ambiental e História Ambiental”, respectivamente, discutindo alguns de seus fundamentos teóricos e metodológicos que mais utilizamos como ferramentas de ensino e pesquisa. Por fim, abordamos os diálogos e entrecruzamentos entre a história e a educação no campo dos estudos ambientais e suas contribuições para escolarização humana, assim como as contribuições para a construção de novas posturas proativas no que diz respeito à

relação da natureza humana com a natureza não humana. Com base nas discussões levantadas, consideramos que ambos os campos de pesquisa se retroalimentam e podem contribuir para a construção de novos comportamentos e atitudes, no que diz respeito à forma de relacionamento do ser humano com os elementos naturais que subsidiam a vida no ambiente planetário.

A crise ambiental e o despertar da consciência ecológica política

Com o advento da sociedade e da cultura moderna no final do século XV e a consolidação do modo de vida capitalista nos séculos XVIII e XIX, através de suas várias formas, desde o capitalismo comercial, sob a política econômica do mercantilismo e/ou liberalismo, até o atual capitalismo industrial, sob a política econômica estatal-desenvolvimentista e/ou neoliberal, acentuaram-se, intensamente, as ações de transformação da natureza (PRADO, 2005, p. 85). Os dois macroprojetos societários que emergem dentro de uma lógica de luta de classes na contemporaneidade, ou seja, neoliberalismo e estatal-desenvolvimentismo, irão orientar o desenvolvimento das práticas educativas, isto é, as tendências pedagógicas liberais e progressistas.

De acordo com Aristides Artur Soffiatti Netto (SENAC, 2001a), anteriores à sociedade moderna capitalista-urbano-industrial, as relações e comportamentos humanos já geravam múltiplas crises ambientais. Como consequências dessas crises ambientais, algumas civilizações desapareceram, como é o caso dos Maias na América pré-colombiana, que geraram uma crise ambiental pelo uso inadequado dos elementos naturais. Na Grécia, alguns escritos de Platão apontam elementos que configurariam uma crise ambiental.

Regina Horta Duarte (2005, p. 37-38) também nos aponta que a ação humana gerou significativos impactos ambientais nos diferentes momentos históricos, de modo que as transformações ocorridas no âmbito das sociedades alteraram as paisagens e provocaram a intensa exploração dos elementos naturais e a pegada ecológica foi progressivamente se intensificando, gerando, assim, guerras, expansão territorial em busca de recursos naturais.

A sociedade capitalista não foi a primeira a provocar intensas alterações na natureza. Todavia, a expansão colonial europeia, o aumento populacional, o acelerado ritmo de produção e consumo, assim como os profundos impactos negativos sobre o ambiente, ao longo dos séculos, geraram progressivas e irreversíveis perdas da biodiversidade e da sociodiversidade cultural do planeta. A

explosão demográfica característica das sociedades industriais e urbanas ocasionou a crescente demanda por energia, minério, papel, incremento do plantio e consumo de alimento; o aumento da capacidade de gerar resíduos (plásticos, latas, substâncias químicas, baterias, sucatas de carros, etc.); o lançamento de poluentes na atmosfera e, também, mais recentemente, a manipulação genética de organismos vivos.

Tal visão também é compartilhada por Eduardo Viola (1987, p. 1), quando afirma que a conduta predatória não é uma atividade nova na história humana, não se restringe nem ao fim do século XX e nem aos últimos dois séculos de industrialismo. O que é novo é a escala dos instrumentos predatórios de exploração e a lógica do consumismo, cujo símbolo máximo é o armamento nuclear, a descartabilidade dos produtos e as relações dos seres humanos entre si e com a natureza, através da ruptura metabólica com o ambiente.

Nesse processo, o século XX, um dos mais agitados e intensos da história humana, teve um marco referencial que, sem dúvidas, foi o ano de 1968. O emblemático ano é considerado um marco histórico de ascensão dos “novos movimentos sociais” (NMS) e desembocou em diversas manifestações e propostas de transformação de arraigados valores políticos e socioculturais. Dentre as manifestações que ocorreram na Europa, destacam-se o Maio de 1968, na França, e a Primavera de Praga, na antiga Tchecoslováquia, importantes marcos para a construção de uma nova ordem cultural e societária, ou seja, um novo modo de vida humano. A juventude buscava uma utopia libertária e libertadora, a realidade e a configuração da sociedade moderna e capitalista industrial era o paradigma dominante a ser combatido e superado.

Os movimentos contraculturais anticapitalistas tinham referências similares às do emergente movimento ecológico. Ambos eram anti-industriais, anticonsumistas e criticavam, amplamente, a racionalidade de uma sociedade que utilizava a ciência e a tecnologia para desenvolver e produzir armas de destruição em massa e pesticidas que causavam impactos ambientais aniquiladores. Desta forma, o movimento ecológico político influenciou os movimentos contraculturais e os hippies, que tiveram na moral ecológica e naturista suas referências, argumentando sobre os benefícios do retorno às áreas de natureza preservada. Nesse sentido, a industrialização e o crescimento econômico desencadeou, assim, frustração com os governos e a crença de que somente a ação direta poderia, realmente, chamar a atenção para questões emergenciais e importantes não consideradas pela classe e poder político-econômico dominante (PEREIRA, 2008, p. 1).

Nesse contexto histórico de fins dos anos 1960 e início da década de 1970, marcado pelo questionamento das, até então, sólidas estruturas social, política e cultural, surge o movimento político ambientalista, e no contexto

acadêmico, a Educação Ambiental e a História Ambiental. Ao lado de outras vertentes do conhecimento voltadas para o estudo das inter-relações entre o ser humano e a natureza, ambas as áreas surgem com a proposta de contribuir para responder ao desafio de construção de novos paradigmas de pensamento e de práticas das sociedades em relação ao mundo natural.

Nos próximos itens, discutiremos como se desenvolveu o processo de configuração e consolidação da Educação Ambiental e da História Ambiental, abordando seus principais fundamentos e desafios na contemporaneidade, bem como a relação existente entre as dimensões sociais, naturais e educacionais.

Uma História da Educação, o Surgimento e o Papel Histórico da Educação Ambiental

O ser humano educa-se em sociedade, em contato com a natureza e/ou tentando dominá-la. Preliminarmente, um questionamento relevante que vem à tona nessa discussão é: o que é educação? Grosso modo, é o processo ensino/aprendizagem que humaniza a espécie humana no tempo e no espaço de uma dada sociedade e cultura, em um ambiente natural específico. Nesse sentido, educação pode ser entendida como uma prática social que tem por objetivo desenvolver o ser humano. Para isso, utiliza-se dos diferentes valores e ideias de mundo que existem em cada universo sociocultural e ambiental (SENAC, 2001b).

Nas sociedades indígenas, a educação é uma das dimensões que integram a vida em comunidade. Aprender é partilhar de uma base comum de conhecimento com o grupo. Os idosos contam e cantam, para os jovens, os mitos, as lendas, os sonhos, e, dessa forma, reforça-se a visão de mundo do grupo étnico. De acordo com Loureiro (2006, p. 59),

Nas sociedades tribais a educação tinha (e ainda tem) uma finalidade comunitária, de dar bases comuns de conhecimentos e saberes sobre a vida, transmitindo de geração para geração as “verdades” da tribo, com seus mitos, lendas e cosmogonia. Geralmente, era feita dos mais velhos para os mais jovens, como um mecanismo de preservar o que era tradicional, o que mantinha a identidade do grupo. Não havia um espaço que poderia ser denominado de escola, o aprendizado se pautava, portanto, nos ritos e atividades culturais cotidianas e sob uma organização social homogênea. Mesmo tendo essas características se alterado recentemente em boa parte das comunidades indígenas, por influência da cultura ocidental dominante, a ideia central de educação permanece: ser universal a todos da tribo e reproduzir a cultura ao longo das gerações, numa dinâmica

reflexiva lenta, posto que essa não é a finalidade do educar nesse tipo de sociedade.

Outra forma de educação é à maneira africana, transmitida pelos afrodescendentes, através da tradição religiosa, cultural, relação simbiótica e ideia de natureza. De acordo com o professor Joel Rufino dos Santos (SENAC, 2001b), a forma africana de aprender é uma das mais profundas, baseada no segredo e no sagrado, por meio dos quais, acredita-se, insere-se na alma profunda dos elementais, ou seja, na natureza dos entes do complexo de vida planetário. Por exemplo, a relação que os africanos têm com a natureza é positiva, fundamentada na proteção, na simbiose e nas trocas permanentes. Nas tradições e culturas de matriz africana, essa ideia de aprendizado através dos movimentos corporais, da dança ritualística, da alimentação e dos rituais religiosos, exerce o papel, em nosso país, como elemento de resistência dos grupos populares à opressão e às desigualdades sociais características da sociedade moderna ocidental e capitalista (SENAC, 2001b).

Já nas sociedades orientais, a educação assume outras características. De acordo com Loureiro (2006, p. 60),

mesmo hoje, diante de um cenário que leva a educação a se enquadrar no ideário liberal globalizado e, simultaneamente, a procurar se universalizar, há uma grande preocupação em se educar para preservar os costumes e se evitar a transgressão às normas, definidas a partir de rígidos sistemas religiosos e morais. Diferentemente das sociedades tribais em que o saber é difuso, nas civilizações orientais profundamente hierarquizadas e segmentadas, certos conhecimentos são privilégios de castas e elites religiosas e econômicas.

Na cultura clássica, até o século V A.C., os mitos, a religião e a arte da Grécia se inspiravam na natureza. Deuses e deusas regiam a colheita, a plantação, a caça. A coruja, por exemplo, era símbolo da sabedoria. E, de certa forma, essa ideia de natureza influenciava a educação através da filosofia “pré-socrática”. Filósofos como Tales de Mileto, Anaximandro de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Xenófanes de Cólofon, Heráclito de Éfeso, Pitágoras de Samos, Parmênides de Eléia, Zenão de Eléia, Melisso de Lamos, Empédocles de Agrigento, Filolau de Cróton, Arquitas de Torento, Anaxágoras de Clazomena, Diógenes de Apolônia, Leucipo de Abdera e Demócrito de Abdera, perceberam, anteriormente, uma ideia de “natureza”, ou seja, a *physis* dos gregos, diferente da que vai predominar no pensamento de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles (GONÇALVES, 1993, p. 29).

Na Idade Média, “o naturalismo e o intelectualismo gregos são superados pela ascensão do cristianismo” (LOUREIRO, 2006, p. 60). Foi a partir da ascensão do

judaísmo-cristianismo que a separação entre ser humano/natureza e espírito/matéria deu a tônica ao pensamento ocidental e influenciou as orientações, da educação, da visão de mundo e da ideia de natureza medievais. Com o pensamento de que “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança” é que o ser humano tornou-se o centro indiscutível da natureza no pensamento humano no ocidente. No interior dessa orientação filosófica, ou seja, visão de mundo, que a educação começa a ser balizada pelas “sagradas escritas”, isto é, a Bíblia passa a ser o manual de educação medieval e a Igreja, nesse momento, passou a exercer domínio sobre as concepções pedagógicas, afirmando a supremacia dos valores espirituais sobre os mundanos, e a eliminar todo o conhecimento que pudesse levar a desvios da fé.

No processo de transformação e revoluções burguesas liberais, a sociedade ocidental moderna capitalista inaugurou um modo peculiar de abordar a relação entre as sociedades humanas e a natureza física, sedimentando uma concepção de natureza como fonte inesgotável de recursos. E, por outro lado, legou ao ser humano o título de senhor e dominador da natureza, ou seja, o que chamamos hoje de antropocentrismo. Nessa visão de mundo, foi concebida e estabelecida uma relação sem limites de exploração, com graves implicações na relação que as sociedades humanas instituíram com o mundo natural.

De acordo com Loureiro (2006, p. 61), no século XVI, eventos históricos significativos ocasionaram mudanças na forma de se pensar a educação, em função do próprio modo como a sociedade passou a se organizar. A Revolução Comercial e o início da consolidação do modo de vida capitalista resultaram na decadência do feudalismo e na ascensão da burguesia e as cidades passaram a assumir um papel central. A educação renascentista, em contraponto ao período anterior e para afirmar o novo projeto de sociedade, enfatizava valores antropocêntricos e a crença no poder absoluto dos homens no domínio da natureza. Aqui, o saber deveria ser secularizado, isto é, sem vínculos com dogmas religiosos, e a razão valorizada como o meio para a liberdade humana.

Nos séculos XVII e XVIII, com a consolidação da nova ordem liberal/burguesa por meio do mercantilismo e após a Revolução Industrial, buscou-se uma educação que afirmasse a liberdade (nos moldes e segundo os interesses europeus liberais/burgueses) privilegiando a dimensão prática, a experimentação, o uso do método científico das ciências naturais, baseado no paradigma cartesiano, e o domínio da natureza para uso em benefício do crescimento econômico. A educação deixava definitivamente de ser privilégio de classe, o que traz alguns preceitos para a educação recente: responsabilidade do Estado em garanti-la; obrigatoriedade e gratuidade do ensino; orientação voltada para as ciências e ofícios, subsidiando e suprimindo com mão

de obra o mundo do trabalho capitalista industrial.

Já no século XX, o conceito de natureza predominante na cultura ocidental moderna, capitalista, começou a ser questionado a partir do surgimento do movimento ambientalista. De acordo com Carlos Walter Porto-Gonçalves (SENAC, 2001b), a sociedade ocidental moderna e capitalista vem sofrendo vários tipos de análises críticas, das quais destacariamos três, de importância para o movimento ambientalista, e, conseqüentemente, para a Educação Ambiental e a História Ambiental. A primeira vertente de críticas foi feita pelos socialistas, anarquistas e comunistas que apontavam para a desigualdade produzida pelo sistema capitalista, isto é, para a exploração dos trabalhadores. A segunda abordagem crítica foi feita pelos antropólogos, que chamavam a atenção para as características do mundo ocidental europeu, que tendia a expandir seu modo de vida e visão de mundo, como se fosse o único modelo de civilização, não respeitando a diversidade de culturas. O movimento ambientalista surgiu nos anos de 1960, apontando um terceiro tipo de crítica, que não excluiu as anteriormente citadas, mas englobava-as e tentava superá-las. Esta vertente crítica mostrava que a sociedade ocidental moderna e capitalista europeia e euro-descendente têm limites na utilização e relações com a natureza. E esses limites evidenciavam que essa sociedade não podia generalizar para toda a humanidade o seu modelo de crescimento econômico e modo de vida.

Complementando a ideia exposta acima por Gonçalves, Loureiro (2006, p. 63) afirma que, “onde tudo parecia ir bem, a insatisfação com os padrões societários e as incertezas quanto aos riscos futuros ganham dimensões que vieram a influenciar agentes sociais de todos os países”. Nesse sentido, Almeida Et. al. (2008, p. 221) argumentam que

as inspirações ideológicas dos movimentos ecológicos podem ser analisadas como vinculadas aos movimentos de contracultura dos anos 1960 (movimentos pacifistas, hippies, feministas, punks, estudantis, beatniks, entre outros). Tais movimentos estiveram radicalmente envolvidos na crítica das sociedades industriais e dos costumes racionalizados da vida moderna. Foram acentuadamente enfatizados os limites do progresso enredado à exploração capitalista, que era vista em uma dupla conotação, ou seja, como exploração tanto dos recursos naturais como, também, do trabalho humano. O crescimento tanto do consumo de matérias-primas, como da própria população humana foram entendidos como desencadeadores de um colapso futuro das condições de vida no planeta. Estes discursos, divulgados amplamente pela contracultura ecológica foram considerados promotores da ideia de catástrofe ambiental, e como prognósticos de uma necessária inversão radical nos nossos estilos de vida e hábitos de consumo, pois a vida no planeta estaria em perigo. Livros como *Primavera Silenciosa* (de Rachel Carson) e *Antes que a natureza morra* (de Jean Dorst) tornaram-se marcos da contracultura ecológica.

Desse modo, nota-se que existiram elementos unificadores dos diversos sujeitos históricos que orbitaram ao redor dos movimentos ambientalistas: o ideário contestador do modelo de sociedade ocidental moderna e capitalista.

No processo histórico de formação e consolidação dos movimentos ecológicos dos anos de 1970, princípios “educativos” começaram a enfatizar discussões acerca do campo ambiental. Apesar de não podermos afirmar, no início da referida década, a existência do campo consolidado da Educação Ambiental, é possível observar a dimensão educativa articulada à construção do pensamento e das práticas dos militantes ambientalistas.

Os caminhos à construção de novas posturas e comportamentos em relação à apropriação social dos elementos naturais e para a solução dos principais problemas ambientais encontram-se na educação, em suas perspectivas, formal e não formal. No entanto, a mudança por intermédio do sistema educacional formal se constitui em um processo lento diante dos enormes desafios da degradação dos elementos naturais que se acelera a cada dia. A conservação da natureza deve ser priorizada pelas políticas de governo e do setor privado, voltadas à educação e à sociedade, a fim de garantir o usufruto do patrimônio natural pelas gerações do presente e do futuro. Conforme afirma José Lutzenberger (1977 Apud ALMEIDA Et. al., 2008, p. 224), “para que ainda tenha sentido a educação da juventude, devemos fixar já os novos caminhos, devemos começar logo a reparar o que pode ser reparado, devemos evitar a continuação e o incremento dos estragos e devemos iniciar hoje os processos que só frutificarão em longo prazo”.

A relevância da educação tanto formal quanto não formal para a causa ambiental foi enfatizada desde a gênese dos movimentos ambientalistas. Os movimentos ecológicos ocupavam as ruas, manifestavam-se através dos diversos meios de comunicação da época, como jornais, revistas, rádios e programas de televisão. A importância da educação se destacava por meio da realização destes manifestos, de modo que as próprias estratégias de luta podiam ser vistas como “educativas”, como práticas de subjetivação, ou seja, como formadoras dos sujeitos críticos.

A partir da década de 1970, os princípios e práticas educativas, vinculados ao campo ambiental emergem de forma visível e disseminada por meio da luta dos movimentos ecológicos, vinculados enquanto ação política no que diz respeito aos valores e atitudes dos sujeitos individuais e coletivos. O educativo-ambiental surgiu nos espaços não formais, isto é, fora dos espaços oficiais que se materializaram através de conferências e documentos internacionais, concretizando-se nos espaços e lutas dos movimentos ecológicos contestatórios. A formação e construção da opinião pública através de “colunas

ecológicas” e “notícias ambientais” nos jornais impressos, as lutas e reivindicações dos militantes do movimento, as entrevistas nos programas de rádio e televisão podem ser consideradas como ações educativo-ambientais, ou seja, como práticas de Educação Ambiental em espaços não formais da sociedade (ALMEIDA Et. al., 2008, p. 224-225). A partir desse processo, ocorrera a institucionalização e a formalização da Educação Ambiental. Nesse sentido, a Educação Ambiental mesmo formal não é uma disciplina do conhecimento, ela é um projeto político pedagógico inter e transdisciplinar que perpassa todas as áreas do conhecimento inclusive a História e por isso a forma de o historiador e professor de História trabalhar a Educação Ambiental é através da História Ambiental. Quando falamos de Educação Ambiental, falamos de Educação e a História é uma das áreas da Educação.

Nesse mesmo período em que se assistia, em todo o mundo, a um grande crescimento do interesse pela questão ecológica, um grupo de historiadores e biólogos dos Estados Unidos recriou um domínio no campo dos estudos historiográficos e o designou pela expressão composta *environmental history*² que sinalizava, por um lado, que os processos e os problemas socioambientais haviam se tornado uma preocupação incontornável e, de outro, que para além das antigas fronteiras disciplinares, parte considerável dos especialistas, iniciaram dedicação e esforço na produção de um renovado “saber ambiental” (DUARTE, 2005). No próximo item, abordaremos como se configurou esse campo de pesquisa denominado História Ambiental, assim como delinearemos aspectos de sua consolidação, contribuição para os estudos ambientais e perspectivas de estudos e ensino nessa área.

A História Ambiental como forma de ensino e pesquisa de Educação Ambiental dos historiadores e professores de História

De acordo com o Programa Nacional de Educação Ambiental (2005), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), e estudiosos do campo educativo-ambiental tais como, Loreiro (2006), Tozoni-Reis (2008), Reigota (1994), Guimarães (2004), Carvalho (2011) e outros, a Educação Ambiental não se configura como uma disciplina do conhecimento, pelo contrário, a Educação Ambiental

2 O termo *environemant* vem do francês, em sua origem etimológica. Entretanto, os ingleses e estadunidenses, ao insistirem em sua pronúncia, acabaram por transformá-lo em *environment*. Em ambos os casos, busca-se um único sentido: designar a camada de biosfera que envolve a Terra.

se configura como um projeto político pedagógico que deve orientar as atividades escolares e estar presente em todas as disciplinas do conhecimento. Como nossa formação e atuação é na docência de História, propomos práticas pedagógicas de Educação Ambiental e escolarização através da disciplina de História tendo como balizador o campo de pesquisa que se denomina como História Ambiental.

Atualmente, a História Ambiental tem ocupado significativo espaço nas escolas e universidades brasileiras. Esse campo de pesquisa histórica e ensino é influenciado pelas preocupações e debates sobre a necessidade de preservação e conservação do ambiente, e já dispõe de consistentes bases teóricas e metodológicas, podendo, assim, contribuir à construção e consolidação do campo de ensino orientado pela Educação Ambiental. Os profissionais de História, já, há algum tempo, vêm sendo convidados a ampliarem o seu campo de estudo, possibilidades de análise e ensino, por meio da abordagem dos temas ambientais, cujos desafios têm despertado grande interesse na contemporaneidade (GERHART & NODARI, 2010, p. 57).

De acordo com José Augusto Pádua (2010, p. 81),

A História Ambiental, como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países, começou a estruturar-se no início da década de 1970. A primeira sociedade científica voltada para esse tipo de investigação, a American Society for Environmental History, foi criada em 1977. A publicação de análises substancialmente histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX.

A História Ambiental surgiu da necessidade de uma maior politização do ensino e da pesquisa histórica frente às crises provocadas pelo modelo de sociedade industrial e capitalista. Tal postura relaciona-se com as ideias de Lucien Febvre e outros historiadores da conhecida revista francesa dos *Annales*, quando afirmam que os historiadores e os professores de História não estão isolados do seu contexto e frequentemente estudam e ensinam sobre o “tempo pretérito”, baseados nas principais questões e dilemas que emergem no presente (PÁDUA, 2010, p. 81).

Direta ou indiretamente, é evidente que o debate público vem incitando os professores de História e historiadores a tomar seu lugar no campo ambiental. Conforme afirmou José Augusto Pádua (2010, p. 82), em 1974, na apresentação do número especial sobre História e Ambiente da revista *Annales*, o editor Emmanuel Le Roy Ladurie (1974, p. 537) fez questão de afirmar que não estava cedendo “aos imperativos de uma moda”, pois “desde longo tempo” a revista havia escolhido “se interessar pelos problemas de uma história ecológica”. Ao afirmar a proposta

de se ocupar do ambiente para “isolar os verdadeiros problemas e recusar as facilidades de um discurso vulgarizador”, no entanto, ficava evidente o contraponto com o debate público e a presença subjacente dos “problemas ambientais”.

De acordo com Viola & Leis (1991 Apud PÁDUA, 2010, p. 82), a emergência de um “ambientalismo complexo e multissetorial” a partir da década de 1970, dotado de alto perfil na cena pública global, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. Ele pode ser considerado como um movimento histórico, mais do que um movimento social, que repercuti nos diferentes campos do saber.

A orientação central do processo histórico do surgimento do ambientalismo, da História Ambiental e da Educação Ambiental é decorrente do campo da “ecologia” na década de 1970. Essa ideia transpôs e rompeu os meios acadêmicos e inspirou os comportamentos sociais, as ações coletivas e as políticas públicas, do local ao global. A ideia de “ecologia” adquiriu forte inserção na educação, nos meios de comunicação, no imaginário coletivo e em diversos aspectos da arte e da cultura. Por “ecologia”, Lago e Pádua (1985, p. 13) compreendem e conceituam da seguinte forma:

[...] o campo da Ecologia não é um bloco homogêneo e compacto de pensamento. Não é homogêneo porque nele vamos encontrar os mais variados pontos de vista e posições políticas e não é compacto porque em seu interior existem diferentes áreas de pensamento, dotadas de certa autonomia e voltadas para objetos e preocupações específicos. Podemos dizer que, grosso modo, existem no quadro do atual pensamento ecológico pelo menos quatro grandes áreas, que poderíamos denominar de Ecologia Natural, Ecologia Social, Conservacionismo e Ecologismo. As duas primeiras de caráter mais teórico-científico e as duas últimas voltadas para objetivos mais práticos de atuação social.

O movimento ambientalista, legatário do ecologismo, isto é, da ecologia política, provocou mudanças significativas tanto na área da Educação quanto mais especificamente na área da História. Em decorrência da crise do modelo de relação com a natureza por parte da sociedade moderna e industrial, o adjetivo “ambiental” se constituiu como movimento social, movimento científico e como eixo transversal a buscar a colaboração dos diversos campos do conhecimento, que inauguraram um movimento histórico sem precedentes para contribuir na busca de respostas sobre o novo paradigma que se delineava. Neste caso, o adjetivo “ambiental” anexado ao vocábulo “História”, vêm constituindo-se, desde os anos de 1970, como um novo campo de possibilidades teóricas e metodológicas na qual o historiador e o professor de História se embasam para construir suas práticas de ensino de educação ambiental.

De acordo com Jose Augusto Pádua (2010, p. 82),

O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica desse campo cultural complexo.

Nesse sentido, a partir dos anos de 1970, a grande novidade estava “na difusão desse tipo de debate para uma parcela muito mais ampla da esfera pública. Os saberes acadêmicos foram desafiados e estimulados por tal movimento”. Não é por acaso que nos últimos anos foram organizadas algumas linhas, laboratórios e grupos de ensino e pesquisa tendo como foco o campo ambiental. “Estabeleceu-se um movimento de mão dupla, em que as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas” (PÁDUA, 2010, p. 82).

De acordo com Ribeiro (2005, p. 15), as interações entre o ser humano e o ambiente, estabelecidas em determinada configuração sócio-histórica, constituíram-se como necessariamente plurais e, em grande parte, contraditórias. Isso porque as sociedades e as naturezas variam no espaço e no tempo e, por isso, as relações entre ambas também tendem a ser múltiplas e plurais.

O processo histórico em que as sociedades humanas construíram seus ambientes, mediante a interação e relação com espaços concretos do planeta, fez surgir formas diversas de práticas sociais e percepções culturais, estabelecendo diferentes paradigmas e ideias de natureza. “A produção de um entendimento sobre esse mundo tornou-se um componente básico da própria existência social” (PÁDUA, 2010, p. 83). É em torno desta pluralidade de percepções e formas de relacionamento das sociedades com as naturezas que os professores de História e os historiadores ambientais (educadores ambientais do campo da História) debatem e buscam construir análises e práticas pedagógicas que contribuam para a construção de formas menos predatórias de apropriação dos elementos naturais tendo o tempo e o ambiente como conceitos condutores das práticas de ensino.

Uma contribuição importante ao campo de ensino e pesquisa da História Ambiental parte de Simon Schama (1996). Em crítica aos historiadores ambientais dos Estados Unidos, esse autor demonstra que durante muito tempo os mesmos se detiveram ao estudo somente das práticas humanas de destruição da Natureza, assinalando a necessidade de considerarmos que, ao longo da história, estabeleceram-se práticas culturais múltiplas de interação do homem com a Natureza que não consistiram apenas em devastá-la. Estudando a relação entre um conjunto de

paisagens de diferentes momentos da história europeia representadas em diversas obras artísticas. Schama (1996, p. 17) demonstra como elas são produto da conceituação e elaboração cultural e transportam toda a carga da história e “a pesada bagagem cultural que carregamos”. A Natureza e a percepção humana são indissociáveis, isto é, o ser humano para viver se relaciona e dá sentido à sua relação com a natureza. Com base no estudo dos signos e mitos atribuídos historicamente a essas representações, o autor propõe modos alternativos de percepção do ambiente.

A crítica apresentada por Simon Schama oferece importantes contribuições tanto à História Ambiental quanto ao projeto político pedagógico da Educação Ambiental. Aquele autor despende a atenção para a necessidade de se abordar as problemáticas ambientais no ensino e na pesquisa com base não sob o enfoque das catástrofes, mas da urgência de se adotar novas posturas de relacionamento do ser humano com o mundo natural capazes de propiciar a preservação e a salvação do patrimônio que ainda resta às presentes gerações.

O contexto de emergência da história ambiental foi a segunda metade do século XX. Esse movimento é bem mais complexo do que a mera ciência que visa o diagnóstico de problemas ambientais. Aquele irá incorporar transformações no pensamento humano e nas percepções sobre a relação sociedade e natureza no ambiente. A história ambiental nasceu de um contexto na qual a preocupação com o ambiente e sua perpetuação serão marcas de um movimento universal de pensamentos e lutas que contribuem com os campos de ensino e pesquisa. Por isso, ambientalismo, educação ambiental e história ambiental emergiram no mesmo contexto. Segundo José Augusto Pádua (2010, p. 90),

O século XX, porém, testemunhou o aparecimento de novas formulações teóricas, ainda mais surpreendentes, que contribuíram para consolidar a ideia da irreversibilidade e da seta do tempo, poder-se-ia mesmo dizer “da história”, como um componente fundamental no entendimento da Natureza. Um marco radical nesse sentido está na visão muito recente, formulada como mais propriedade a partir da firmeza e solidez da natureza – se manifesta mediante um processo de expansão e transformação permanente.

A História Ambiental, atualmente, ao estabelecer um diálogo com as ciências da natureza, se estabelece num campo teórico e prático diferente do que retroalimentou concepções deterministas do passado. Ao adquirir maior sofisticação teórica e prática, as ciências naturais calcaram-se em finas metodologias ecológicas abertas e interativas, o que permitiu, nesse sentido, a emergência deste campo interdisciplinar de ensino e pesquisa.

O surgimento da História Ambiental está ligado à ausência da dimensão biofísica no ensino de História e na

pesquisa historiográfica. Predomina um enfoque chamado de “flutuante”, ou seja, uma concepção de pensamento que vê o ser humano acima dos demais habitantes do planeta, como se aquele ser não fosse mamífero e primata. Concepção que nega a dimensão biológica e a dependência humana com relação à natureza. Os seres humanos, nesse sentido, são seres que precisam respirar e alimentar-se de elementos minerais e biológicos existentes na Terra. Seres que estabelecem contato constante com a natureza física, ou seja, dependendo dos fluxos constantes de matéria e energia que garantem a reprodução da atmosfera, da hidrosfera, da biosfera e etc. Observamos que o ensino de História e os livros didáticos da disciplina ainda carecem de práticas educativas que exercitem o pensar histórico do ser humano e da vida humana dependentes da natureza para viver. Conforme Pádua (2010, p. 92 – 93), o “grande desafio teórico, no contexto da contemporaneidade, é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural”. Fruto da experiência de diversos historiadores (educadores ambientais do campo da História) que têm trabalhado com o enfoque ambiental, é a necessidade de buscar formas menos dualistas de análises dos estudos relativos à sociedade e a natureza.

De acordo com Gilmar Arruda (2008, p. 156), a principal tarefa da História Ambiental consiste em buscar as permanências e mudanças significativas ocorridas nas intervenções da sociedade sobre o ambiente, estratégia que nos permite compreender o significado da Natureza na história humana e vice-versa.

Para os professores de História e os historiadores (educadores ambientais do campo da História), de um modo geral, o conceito fundamental e orientador de qualquer análise histórica é a categoria Tempo. Esse conceito é primordial para a identidade de uma análise histórica e uma prática pedagógica seja ela qual for. Nesse sentido, não poderia ser diferente no campo da história ambiental. Para o historiador ambiental, segundo Drummond (1991, 177), “em especial, o tempo é um crucial fio condutor das mudanças e continuidades que lhe propiciaram os seus objetos de estudo, quando não os seus conceitos”. Pensar as temporalidades é um instrumento básico do ofício de historiador e do professor de História.

Drummond argumenta que o tempo das sociedades e culturas da humanidade está contido num tempo geológico ou natural. O autor diz que esse tempo não pode ser ignorado pelas ciências sociais em suas práticas de ensino e pesquisa. De acordo com ele, “a questão do tempo não é banal para iniciar um artigo sobre história ambiental. Afinal, as ciências sociais ficaram à margem dessas novas dimensões de tempo geológico”.

O autor argumenta que, as sociedades humanas foram categorizadas e analisadas, principalmente a sociedade moderna, obedecendo apenas à referência do

tempo cultural de alguns milênios. “Para os clássicos das ciências sociais e humanas, as sociedades humanas estavam, portanto, fora ou acima da história natural, ou do “tempo geológico” adotado a duras penas no estudo dos fatores vivos e mortos na natureza” (DRUMMOND, 1991, p: 179). Drummond nos diz que a história ambiental praticada, atualmente, resultou de um projeto “reformista” de alguns historiadores (educadores ambientais do campo da História) de países como os Estados Unidos da América, França e Inglaterra. “É uma reação a essa pressão de ajustar os ponteiros dos relógios dos dois tempos, o geológico (ou natural) e o social” (DRUMMOND, 1991, p. 180).

Ainda citando Pádua (2010, p. 94),

É neste contexto que a história ambiental, como bem afirmou Donald Worster (1991, p. 199), deve ser vista não como uma redução, e sim como uma ampliação da análise histórica. Ela leva adiante o movimento, observado desde o final do século XIX, no sentido de expandir as temáticas e dimensões da historiografia para além da história dos Estados e dos grandes personagens. Um movimento que se manifestou na história econômica, na história social, na micro-história etc. Não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica.

A história ambiental é, em resumo, para Donald Worster (1991, p. 198), parte de um empenho revisionista para volver a disciplina da História muito mais inclusiva nas suas narrações e práticas de ensino do que ela tem tradicionalmente sido:

Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie “supranatural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, [...], pôr desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar ao luxo de sermos tão inocentes (WORSTER, 1991, p. 199).

Donald Worster (1991, p. 5), difundiu a ideia de que há três níveis de questões que a história ambiental enfrenta: o primeiro trata do entendimento da Natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; o segundo nível introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com a natureza física, preocupando-se com as ferramentas e o aparato técnico disponível, com as relações sociais que brotam do trabalho,

com os diversos modos criados pelos povos para produzir bens a partir de recursos naturais; por fim, formando uma terceira vertente de ensino e análise para o professor de História e o historiador (educadores ambientais do campo da História), vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual imaginários, percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a Natureza.

É bom lembrar que, como ressalta esse autor, embora possamos, para efeito de clareza, distinguir esses três níveis de ensino e pesquisa da história ambiental, eles constituem uma investigação única e dinâmica, na qual Natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo que muda conforme as dinâmicas das sociedades e das naturezas, numa dialética que atravessa o passado (espaço de experiência [tese]), o presente (participação; ação; intervenção [antítese]) até projetar o futuro (horizonte de expectativa [síntese]).

Tecendo considerações sobre as formas teórico-metodológicas de ensino e pesquisa que orientam a construção de um trabalho de história ambiental, José Augusto Drummond elaborou cinco características para laborar naquele campo. A primeira característica diz respeito a uma análise que centraliza sua pesquisa e prática educativa numa região com alguma homogeneidade e/ou identidade cultural. Pode ser um território árido, o vale de um rio, uma ilha, uma floresta, uma parte do litoral. Essa linha de atuação situa-se bem próxima de uma história natural.

A segunda característica que orienta os trabalhos educativos no campo da história ambiental é o diálogo com todas as ciências naturais. Conforme Drummond (1991, p. 181),

[...] esses estudos se afastam da tradição humanista das ciências sociais, inclusive da história regional. Usam textos básicos e avançados de geologia (inclusive solos e hidrologia), geomorfologia, climatologia, meteorologia, biologia vegetal e animal e ecologia (a ciência da interação entre os seres vivos e entre eles e os elementos inertes do ambiente).

Uma terceira possibilidade de atuação dos professores de História e dos historiadores ambientais (educadores ambientais do campo da História) é centrar suas análises e práticas educativas na interação entre o quadro de recursos naturais “úteis e inúteis” e os modelos civilizatórios das sociedades humanas. “As ciências naturais contribuem na identificação do conjunto de recursos naturais disponíveis no território de uma sociedade” (DRUMMOND, 1991, p. 181-182). Essa linha de ensino e pesquisa aproxima-se do campo da gestão ambiental no sentido de trazer a possibilidade de fazer o mapeamento dos recursos que podem ser, ou não,

utilizados em prol de um desenvolvimento econômico de um país ou região.

A quarta característica enunciada por Drummond dá importância aos professores de História e aos historiadores ambientais (educadores ambientais do campo da História) que valorizam as fontes, nosso caso. Fontes pertinentes aos estudos das relações entre sociedade e natureza no seu respectivo ambiente. Conforme Drummond (1991, p. 182), pode “ser usadas às fontes tradicionais da história econômica e social censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, crônicas”. Nessa linha de pesquisa, o docente de História e o historiador, se encontram com fontes já conhecidas, mas utiliza-se o olhar do educador ambiental para analisá-las. De acordo com José Augusto Drummond (1991, p. 183),

Os historiadores ambientais usam também memórias, diários, inventários de bens, escrituras de compra e venda de terras, testamentos. Usam descrições de dietas, roupas, moradias, materiais de construção, mobiliários, ferramentas e técnicas produtivas, estudos sobre epidemias e doenças, projetos e memórias descritivos de obras (estradas, ferrovias, portos), listas de bens comercializados, romances, desenhos, pinturas – tudo enfim que permita ver (a) quais os recursos naturais são locais e quais são importados, (b) como eles são valorizados no cotidiano das sociedades e (c) que tecnologias existem para o seu aproveitamento.

E, por fim, outra característica da história ambiental é o trabalho de campo. Nessa linha de ensino e pesquisa, os professores de História e os historiadores (educadores ambientais do campo da História) vão a campo pesquisar e observar as paisagens naturais, flora, fauna, clima, ecologia, marcas rurais e urbanas que a cultura humana deixa nesses locais. “Evidentemente podem aproveitar para explorar fontes locais: entrevistar moradores antigos, consultar arquivos e cientistas que trabalham na região” (DRUMMOND, 1991, p. 183).

Considerações Finais: Utilizando as contribuições da História Ambiental para subsidiar práticas de ensino e pesquisa de Professores de História e Historiadores

Tendo como parâmetro o exposto acima, Almeida et. al. (2008) sugere alguns eixos temáticos que podem ser

trabalhados na disciplina de História, os quais seguem os imperativos da Educação Ambiental. São eles:

- Problematizar os modos de uso do território, discutindo o ambiente urbano e rural e os processos de urbanização e seus desafios na contemporaneidade no contexto do debate sobre sustentabilidade.

- Compreender a importância da ampliação do conceito de qualidade de vida para as atuais sociedades e sua relação com o direito a um ambiente familiar e comunitário sustentável; participar das discussões sobre a necessidade de criação de indicadores que incluam as variáveis temporais e ambientais para medir desenvolvimento humano e qualidade do ambiente, enriquecendo a análise e ações educativas sobre a qualidade de vida e a riqueza de uma sociedade.

- Introduzir a discussão sobre as medidas de sustentabilidade, definir os conceitos da capacidade de suporte, espaço ambiental, pegada ecológica e linha da dignidade, bem como indicar sua aplicação na avaliação dos impactos das sociedades humanas no planeta; perceber a relação entre disponibilidade de elementos naturais e custo ambiental dos padrões sociais de produção e consumo, na perspectiva da sustentabilidade. Introduzir conceitos de política e democracia, conhecer as diversas formas de democracia e suas relações com a participação e a prática da cidadania.

- Compreender como a temática ambiental inova e amplia o debate em torno dos direitos e deveres dos cidadãos e inaugura um novo espaço de responsabilidade ética. Apresentar a noção de justiça ambiental, conceito forjado no âmbito de lutas sociais por equidade social e ambiental, como um parâmetro para a construção de práticas educativas que orientem a construção de uma sociedade sustentável.

Com base na apresentação dos principais processos históricos da Educação Ambiental e das bases históricas, teóricas e metodológicas da História Ambiental, podemos visualizar os entrecruzamentos, delineando as possibilidades e os limites que podem emergir, no que diz respeito às contribuições para a construção de novas perspectivas para o ensino e a pesquisa no campo dos estudos ambientais, no ensino da História e da Educação Ambiental.

Tal assertiva é igualmente pertinente se pensarmos na recente ampliação dos estudos históricos, levada a efeito a partir da interação dessa área com as demais ciências humanas e sociais e, principalmente, de forma inovadora, com o domínio das ciências naturais. Como resultado, os temas pesquisados pela História Ambiental possuem o potencial de ampliar e enriquecer a Educação Ambiental formal e não formal, por meio da contribuição às mudanças no pensamento social e histórico em relação ao mundo natural, tendo como principais premissas situar e problematizar os assuntos ambientais no espaço e tempo.

A partir dessas considerações, concebemos a História

Ambiental como a forma de o historiador e o professor de História fazer Educação Ambiental. Nesse sentido, essa se expressa como um campo de diálogos e embates, saberes e práticas, princípios e valores que remetem a um projeto de educação que visa à transformação da sociedade em diferentes níveis: econômico, político, cultural, social, educativo e histórico. Com isso, os historiadores ambientais poderiam dar a sua contribuição para construir uma sociedade nos seguintes pilares: desenvolvimento econômico solidário, justiça social e equitativa, preservação e conservação do patrimônio histórico-ambiental e espiritualização das representações humanas acerca da concepção de natureza. Dentro dessa diretriz, as práticas educativas resultantes da Educação Ambiental aqui relatada priorizam a abordagem dos aspectos socioculturais e político-econômicos, inerentes à questão ambiental, buscando o desenvolvimento de uma consciência crítica, comprometida com um projeto de transformação e emancipação das sociedades humanas, suplantando o atual modo de vida. Enfim, a História Ambiental é a forma de os historiadores ambientais e professores de História (educadores ambientais do campo da História) fazerem educação ambiental, isto é, pensamos, a tarefa do ensino de História Ambiental é desenvolver na humanidade uma consciência histórica ambiental.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Gilmar (org.). A natureza dos rios: história, memória e territórios. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2011.

DRUMMOND, José Augusto. Por que Estudar a história ambiental do Brasil? – Ensaio Temático. Varia História, Belo Horizonte, nº 26, Janeiro, 2002.

_____. A História Ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991. p. 177-197.

DUARTE, Regina Horta. História & Natureza. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Educação Ambiental: Temas, teorias e práticas / Aline Pinto Almeida (org.); Anna Beatriz de Almeida Waehneldt (org.); Gisela Aquino Pires do Rio (org.); Isabel

Cristina de Moura Carvalho (org.); Leandro Belinaso Guimarães (org.); Márcia Gomide (org.); Mônica Armond Serão (org.); Patrícia Kranz (org.). SENAC Departamento Nacional, Rio de Janeiro, 2008.

ESTEVAM, Bread Soares. História, crítica e a Educação Ambiental sob o prisma das crônicas ecológicas da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural no extremo sul do Brasil (1978-1981). Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental), Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande/RS, 2013.

_____. (Org.). Jornalismo e movimento ambiental em Rio Grande – RS [1978-81]. Joinville/SC: Clube de Autores, 2016.

GERHART, Marcos; NODARI, Eunice Sueli. Aproximações entre História Ambiental, Ensino de História e Educação Ambiental. In: BARROS, Véra Lúcia Maciel (et. al.). Ensino de História: Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: EST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1993.

GUIMARÃES, Mauro. A formação de educadores ambientais. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. O que é ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O Movimento Ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa nacional de educação ambiental - ProNEA: documento básico. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2014.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. Estudos Avançados, São Paulo, Vol. 24, nº 68, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. Da Proteção à Natureza ao Desenvolvimento Sustentável: A Defesa Ambiental no Rio Grande do Sul. Tempos Históricos, Marechal Cândido Rondon, Volume 15. 2º semestre, 2011. p. 117-153

_____. A Voz da Primavera: As reivindicações do movimento ambientalista gaúcho (1971 – 1980). Revista Historiar, 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/66747479/A-voz-da-primavera-As-reivindicacoes-do-movimento-ambientalista-gaucha>>. Acesso em: 10 maio 2016.

PRADO, Daniel Porciuncula. Por uma eco-história a partir do ambiente do Rio Grande do Sul. In: ALVES,

Francisco das Neves (Org.), Sociedade e Cultura no Rio Grande do Sul: ensaios históricos. Rio Grande: FURG, 2005.

REIGOTA, Marcos. O que é Educação Ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Cia. das letras, 1996.

SENAC. Teleconferência: Perspectivas e Desafios da Educação Ambiental. André Trigueiros (entrevistador); Aristides Arthur Soffiati Netto; Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Produção SENAC Departamento Nacional, Rio de Janeiro, 2001a.

SENAC. Vídeo Série Educador Ambiental - Educação Ambiental: uma viagem pela história. Produção SENAC. Departamento Nacional, 2001b.

TOZONI-REIS, Marília Freitas Campos. Educação ambiental: natureza, razão e história. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ecológico no Brasil (1974 – 1986) Do Ambientalismo à Ecopolítica. Working Paper 93, April, 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm>. Acesso em: 20 junho 2013.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.